

Editorial

Prezados Leitores,

Trilhamos nosso caminho com a suavidade e a tenacidade do voo do beija-flor que ilustra nossa capa, em clique mágico de Tycho Brahe Fernandes. Estamos na 15ª edição e mudamos nossa apresentação, migrando definitivamente para a versão eletrônica. Hoje olhamos com distanciamento o calendário em que ficaram registradas as primeiras reuniões, 8 anos atrás, quando se desenhava o perfil daquele que seria o periódico do curso de direito de toda a Unisul.

A diretriz institucional era clara desde então: trazer autores de outras universidades, de diferentes lugares, com pontos de vista próprios para utilizar como material didático dos alunos do curso de direito da Unisul, permitindo-lhes contato com novos nomes e opiniões diversas, que descortinassem diferentes cenários. Hoje podemos dizer que o desafio de fazer parte da sala de aula restou totalmente atingido e superado: nossa Revista transformou-se em material didático também da Universidade Presbiteriana Mackenzie por ocasião da 13ª edição, através do professor Jeremias Alves Pereira Filho, que reiterou a utilização pelo segundo semestre seguido, do novo conteúdo editado. Na Bahia, o professor Rafael Freire Fonseca introduziu a leitura do conteúdo De Fato e De Direito, em suas aulas ministradas na cidade de Itabuna, nas universidades Unime e FTC. Bem ao sul, o professor Evinis Talon, levou a Revista da Unisul para as aulas de pós-graduação em Advocacia Criminal na Unisc, Universidade de Santa Cruz do Sul (RS). No Brasil central, especificamente em Mato Grosso, o juiz e professor João Humberto Cesário não apenas trabalhou texto em sua aula como conteúdo da pós-graduação em Direito do Trabalho da Escola de Magistratura Trabalhista do Estado, como sorteou exemplar impresso dentre seus alunos.

Rompemos fronteiras e firmamos posição na Espanha, com três conselheiros que são pródigos na divulgação do nosso periódico; estamos no Peru, onde os contatos se multiplicam a cada edição, bem como no México, em Portugal e na França.

Todas estas conquistas aumentam nossa responsabilidade a cada semestre, firmando o eixo editorial de sustentabilidade jurídica e sistêmica. Nesta edição, ao folhear nossa Revista, o leitor encontrará dois artigos integralmente voltados ao meio ambiente: um trata da diferença entre prevenção e precaução, com vasta doutrina nacional e internacional trazendo exemplos práticos; o outro lança olhar sobre a biodiversidade e o ecossistema, lidando com a lei de parcelamento do solo e aventando sua inconstitucionalidade.

Vida privada, opinião pública e comunicação são abordagens que surgem do ponto vista dos direitos da personalidade, da massificação da internet e até da forma como os policiais militares se comunicam institucionalmente. E não deixamos de fora a preocupação com a crescente onda de criminalidade que se espalha, suporte para artigo que trata do adolescente em conflito com a lei.

Em tempo de crises econômicas, a recuperação judicial prolifera e é examinada em nossas páginas sob o arcabouço legal da Espanha e em ângulo de possível desarmonia com a aplicação da lei, podendo se constituir em fraude ao fisco.

Acurado estudo esmiuça os princípios constitucionais que regem a administração pública brasileira e a garantia da efetivação da boa conduta, cuja efetivação passa, necessariamente, pelo controle de contas, atos e ações do aparato estatal.

Há resposta, nesta edição, para a recorrente pergunta que brota direto das páginas do atual CPC: o reexame necessário ofende o princípio da igualdade?

A dignidade do trabalhador nos termos da OIT, chega até nós em texto escrito no Peru, país que sedia a referida organização para América Latina e Caribe, e o conteúdo vem no exato momento em que o Brasil começa a absorver os novos aspectos trazidos no bojo da reforma trabalhista.

Ainda no ritmo internacional, temos a análise de cumprimento de sentenças pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso Gomes Lund, dentre outros, todos relacionados à Guerrilha do Araguaia, *versus* Brasil e a conclusão de que nosso país não as cumpre na integralidade.

Três conselheiros se destacam por seus livros em nossa edição. Curiosamente, um destina-se aos que recém adentraram na universidade; o segundo é para ser utilizado durante o curso e o terceiro consiste em instrumento para os alunos em fase de submissão à segunda etapa do exame da OAB.

De fato, é a seção onde registramos o lançamento de nosso e-book, comemorando as 12 primeiras edições de nossa Revista, sob o selo da Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Lá também divulgamos o convite da Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral para integrar seu acervo.

Nossos alunos marcam presença em seu espaço próprio: as ementas dos trabalhos monográficos indicados para publicação.

Boa leitura.

Rosângela Tremel

Editor-chefe